

# CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

## ▪ HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL; PRINCIPAIS PERÍODOS E REFORMAS EDUCACIONAIS; CORRENTES PEDAGÓGICAS E IMPACTOS NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA; FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO E SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO COMO FUNDAMENTOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA; EDUCAÇÃO E SOCIEDADE; FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA.

A História da Educação no Brasil está diretamente ligada à formação do Estado brasileiro, às disputas de poder, às transformações econômicas e às concepções de cidadania ao longo do tempo. A educação sempre refletiu o projeto de sociedade vigente em cada período histórico, ora servindo como instrumento de dominação, ora como possibilidade de emancipação social.

### *Educação no Período Colonial (1500–1822)*

#### *Contexto histórico, político e econômico do Brasil Colônia*

O Brasil, desde o início do processo de colonização, foi organizado como uma colônia de exploração. Seu principal objetivo era atender aos interesses econômicos, políticos e estratégicos da Coroa Portuguesa. Essa lógica influenciou diretamente todas as estruturas sociais da colônia, inclusive a educação.

Não havia, por parte do Estado português, a intenção de formar uma população instruída, crítica ou autônoma. Pelo contrário, uma sociedade pouco escolarizada facilitava o controle político, econômico e cultural. Assim, a educação não foi concebida como um direito social, mas como um **instrumento funcional ao projeto colonial**.

A ausência de um sistema educacional público e universal revela que a educação não era considerada prioridade para o desenvolvimento da colônia, mas apenas um meio para:

- Manutenção da ordem social;
- Consolidação da dominação cultural europeia;
- Formação de uma elite dirigente alinhada aos interesses da metrópole.

### *Características gerais da educação colonial*

A educação no período colonial apresentou características muito bem definidas:

- **Elitista**, pois era acessível apenas a uma pequena parcela da população;
- **Religiosa**, fortemente vinculada à Igreja Católica;
- **Excludente**, ao marginalizar indígenas, africanos escravizados, mulheres e pobres;
- **Descentralizada**, sem um sistema educacional organizado pelo Estado;
- **Instrumental**, voltada mais para o controle social do que para a emancipação humana.

A escolarização não era vista como meio de ascensão social, mas como privilégio de classe.

### *A ausência de um projeto educacional público*

Durante quase todo o período colonial, **não existiu um projeto educacional estatal** no Brasil. A Coroa Portuguesa delegou à Igreja, especialmente à Companhia de Jesus, a responsabilidade pela educação.

Isso significava que:

- O currículo era definido por interesses religiosos;
- O acesso ao ensino dependia da posição social;
- A educação estava subordinada à catequização e à moral cristã;
- Não havia políticas de universalização do ensino.

A educação não se consolidou como um direito coletivo, mas como uma ferramenta de distinção social.

### *A atuação da Companhia de Jesus na educação colonial*

Com a chegada dos jesuítas em 1549, inicia-se a primeira experiência sistemática de educação no Brasil. A Companhia de Jesus assumiu um papel central na organização do ensino colonial.

#### *Objetivos principais:*

- Catequizar os povos indígenas;
- Difundir a fé católica;
- Combater o avanço do protestantismo;
- Formar a elite intelectual e administrativa da colônia.

### *Educação indígena: catequização e aculturação*

A educação destinada aos povos indígenas tinha como foco principal a catequese. Os jesuítas buscavam:

- Converter os indígenas ao cristianismo;
- Modificar seus costumes, crenças e organização social;
- Integrá-los ao modelo europeu de vida.

As práticas educativas incluíam:

- Ensino da língua portuguesa;
- Doutrina cristã;
- Trabalhos manuais e agrícolas;
- Disciplina rígida e controle do comportamento.

Esse processo resultou na **desvalorização das culturas indígenas**, impondo uma visão de mundo eurocêntrica e contribuindo para a perda de línguas, tradições e identidades originárias.

#### **Educação das elites coloniais**

Para os filhos da elite colonial, a educação tinha objetivos distintos:

- Formação intelectual e moral;
- Preparação para cargos administrativos, jurídicos e religiosos;
- Manutenção do status social.

O ensino oferecido incluía:

- Leitura e escrita;
- Latim;
- Retórica;
- Filosofia;
- Doutrina cristã.

Essa formação seguia o **Ratio Studiorum**, método pedagógico jesuíta, baseado em:

- Memorização;
- Repetição;
- Hierarquia;
- Autoridade do professor.

#### **Exclusão educacional e desigualdade social**

Grande parte da população colonial estava completamente excluída da educação formal:

- Pessoas escravizadas eram proibidas ou desestimuladas a aprender;
- Mulheres tinham acesso extremamente limitado ao ensino;
- Pobres livres raramente frequentavam escolas.

Essa exclusão educacional contribuiu para a construção de uma sociedade profundamente desigual, cujas marcas ainda são perceptíveis na realidade brasileira contemporânea.

#### **Educação como instrumento de controle social**

A educação colonial cumpria uma função ideológica clara:

- Reforçar a hierarquia social;
- Legitimar o poder da Igreja e da Coroa;
- Naturalizar a escravidão e a desigualdade;
- Formar sujeitos obedientes.

O ensino não estimulava:

- Pensamento crítico;
- Questionamento da ordem social;
- Autonomia intelectual.

#### **Limites e contradições da educação colonial**

Apesar de ter estruturado os primeiros espaços formais de ensino no Brasil, a educação colonial apresentava sérios limites:

- Restrição de acesso;
- Subordinação à religião;
- Desprezo pelos saberes locais;
- Ausência de políticas públicas educacionais.

Esses limites explicam, em parte, os desafios históricos enfrentados pela educação brasileira ao longo dos séculos.

#### **Legado do período colonial para a educação brasileira**

O período colonial deixou heranças profundas:

- Elitização do ensino;

- Desigualdade no acesso à educação;
- Centralização do saber em grupos privilegiados;
- Resistência à democratização do conhecimento.

A educação no Brasil nasceu como privilégio, não como direito. Entender isso é essencial para compreender por que a luta por uma educação democrática ainda é tão urgente.

#### **A educação jesuítica**

A chegada da Companhia de Jesus ao Brasil, em 1549, marca o início do primeiro sistema educacional minimamente organizado no território colonial. Liderados por **Manuel da Nóbrega**, os jesuítas assumiram a responsabilidade pela educação na colônia, atuando de forma articulada com os interesses da Coroa Portuguesa e da Igreja Católica. A educação jesuítica não surgiu com o objetivo de garantir o acesso universal ao conhecimento, mas como parte de um projeto maior de dominação cultural, religiosa e social.

Nesse contexto, a educação desempenhava um papel estratégico: servir como instrumento de **catequização, controle social e formação de uma elite alinhada aos valores europeus e cristãos**. A forte influência religiosa era o eixo central de todo o processo educativo. Ensinar significava, antes de tudo, difundir a fé católica, moldar comportamentos e consolidar uma visão de mundo baseada na moral cristã e na obediência à ordem estabelecida.

O modelo pedagógico adotado pelos jesuítas estava fundamentado no **Ratio Studiorum**, um conjunto de normas e orientações pedagógicas que padronizava o ensino nos colégios da Companhia de Jesus em diferentes partes do mundo. Esse método valorizava a disciplina rigorosa, a hierarquia, a autoridade do professor e a transmissão sistemática dos conteúdos. O processo de ensino-aprendizagem baseava-se, sobretudo, na **memorização, na repetição e na reprodução fiel dos conhecimentos**, limitando o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia intelectual dos alunos.

Os conteúdos ensinados refletiam claramente os objetivos da educação jesuítica. A formação intelectual incluía o ensino da leitura e da escrita, o domínio do latim — língua fundamental para os estudos religiosos e acadêmicos da época —, além da doutrina cristã e dos princípios morais do catolicismo. A educação não se restringia à transmissão de conhecimentos formais, mas buscava moldar o caráter, a conduta e os valores dos indivíduos, preparando-os para ocupar papéis específicos dentro da estrutura social colonial.

O público atendido por esse sistema educacional era bastante restrito. Os **filhos da elite colonial** recebiam uma formação mais completa, voltada à preparação para funções administrativas, religiosas e de prestígio social. Já os **povos indígenas** eram incluídos no processo educativo principalmente com o objetivo de conversão religiosa e assimilação cultural. A educação indígena, nesse sentido, não reconhecia os saberes, línguas e tradições originárias, mas buscava substituí-los por valores europeus, contribuindo para processos profundos de aculturação.

Por outro lado, a população **escravizada** foi praticamente excluída da educação formal. O acesso ao ensino era desestimulado ou proibido, uma vez que a alfabetização poderia representar risco à ordem social baseada na exploração e na submissão. Essa exclusão educacional reforçou a lógica de desigualdade estrutural que marcou a sociedade colonial e cujos efeitos se estendem até os dias atuais.

Assim, embora a educação jesuítica tenha representado o início da organização do ensino no Brasil, ela também consolidou um modelo profundamente seletivo, autoritário e excludente. Seu legado é ambíguo: ao mesmo tempo em que estruturou práticas

escolares e curriculares, contribuiu para a elitização do saber, a negação da diversidade cultural e a reprodução das desigualdades sociais.

A educação no Brasil nasceu organizada, mas não democrática. Entender a educação jesuítica é compreender que nossas raízes educacionais estão muito mais ligadas ao controle do que à emancipação.

### ***Reformas Pombalinas e a Expulsão dos Jesuítas (1759)***

No decorrer do século XVIII, Portugal passou por profundas transformações políticas, econômicas e administrativas, influenciadas diretamente pelas ideias do **Iluminismo europeu**, movimento intelectual que defendia a valorização da razão, do conhecimento científico, da centralização do poder estatal e da redução da influência da Igreja nos assuntos públicos. Essas ideias chegaram a Portugal em um contexto de crise econômica, atraso administrativo e necessidade de modernização do Estado.

À frente desse processo de reformas estava **Sebastião José de Carvalho e Melo**, conhecido como **Marquês de Pombal**, primeiro-ministro do rei D. José I. Pombal assumiu o governo com o objetivo de fortalecer o poder do Estado português, reorganizar a administração pública e alinhar Portugal às práticas adotadas por outras monarquias europeias que buscavam maior eficiência, racionalidade e controle centralizado.

No âmbito educacional, Pombal entendia que a educação deveria deixar de ser um monopólio da Igreja e passar a servir diretamente aos interesses do Estado. Para ele, o domínio educacional exercido pelos jesuítas representava um obstáculo à modernização, à difusão do pensamento científico e à formação de quadros técnicos capazes de atender às necessidades administrativas e econômicas do Império Português. Assim, a educação passou a ser concebida como um instrumento estratégico para a formação de súditos leais ao Estado, disciplinados e preparados para contribuir com o desenvolvimento econômico e político da metrópole.

As **Reformas Pombalinas**, portanto, não se limitaram a mudanças pontuais, mas constituíram um amplo projeto de reorganização do ensino, da administração e da estrutura social do Império. No centro dessas reformas estava a intenção de **reduzir o poder político, econômico e cultural da Igreja Católica**, especialmente da Companhia de Jesus, que havia acumulado grande influência ao longo de mais de dois séculos de atuação educacional e religiosa tanto em Portugal quanto nas colônias.

A culminância desse processo ocorreu em **1759**, com a **expulsão dos jesuítas de Portugal e de seus domínios ultramarinos**, incluindo o Brasil. Essa medida representou uma ruptura profunda com o modelo educacional vigente até então e marcou o início de uma nova fase na história da educação colonial, caracterizada pela tentativa de **estatização, laicização e racionalização do ensino**.

No Brasil, a expulsão dos jesuítas provocou impactos imediatos e duradouros. Ao mesmo tempo em que abriu espaço para a atuação direta do Estado na organização do ensino, revelou a fragilidade da estrutura educacional colonial, que dependia quase exclusivamente da atuação religiosa. As Reformas Pombalinas, assim, inauguraram um período de transição marcado por avanços conceituais, contradições práticas e limites estruturais, cujos efeitos moldariam o desenvolvimento da educação brasileira nos anos seguintes.

Pombal não reformou a educação para torná-la democrática, mas para torná-la útil ao Estado. Entender isso muda completamente a forma como lemos esse período histórico.

### ***Principais mudanças***

- Expulsão dos jesuítas do Brasil (1759);
- Estatização do ensino;
- Criação das **Aulas Régias**, mantidas pelo Estado;
- Introdução de conteúdos laicos, como matemática, ciências e filosofia.

As Reformas Pombalinas representaram uma das mais significativas rupturas na história da educação no Brasil colonial. Ao romper com o domínio educacional exercido pela Companhia de Jesus, o Estado português assumiu, pela primeira vez, a responsabilidade direta pela organização do ensino, inaugurando um novo modelo baseado na centralização administrativa e na subordinação da educação aos interesses do poder estatal.

A medida mais emblemática desse processo foi a **expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759**, que colocou fim a mais de dois séculos de hegemonia religiosa no campo educacional. A retirada da Companhia de Jesus significou não apenas a saída de professores e religiosos, mas o desmonte de toda a estrutura educacional existente até então, já que os jesuítas eram responsáveis pela maioria das escolas, colégios e práticas pedagógicas da colônia. Esse rompimento revelou a dependência quase absoluta da educação colonial em relação à Igreja e expôs a fragilidade de um sistema que não havia sido pensado como política pública estatal.

Com a expulsão dos jesuítas, o Estado português passou a promover a **estatização do ensino**, assumindo formalmente o controle da educação. Essa estatização, no entanto, ocorreu mais no plano legal e administrativo do que na prática cotidiana. A educação deixou de ser oficialmente religiosa, mas ainda carecia de uma estrutura sólida, de recursos financeiros suficientes e de um corpo docente preparado para sustentar as mudanças propostas. Ainda assim, esse processo marcou o início da concepção da educação como responsabilidade do Estado, rompendo, ao menos simbolicamente, com o monopólio da Igreja.

No âmbito da organização escolar, foram criadas as chamadas **Aulas Régias**, mantidas e financiadas pelo Estado. Essas aulas funcionavam como unidades isoladas de ensino, geralmente voltadas para disciplinas específicas, como gramática, latim, filosofia ou matemática. Diferentemente dos colégios jesuítas, as Aulas Régias não constituíam um sistema integrado de ensino, mas representavam uma tentativa inicial de ampliar a oferta educacional sob controle estatal. Os professores eram nomeados pela Coroa e pagos com recursos públicos, o que reforçava a centralização do poder educacional.

Outra mudança relevante foi a **introdução de conteúdos laicos no currículo**, alinhados às ideias iluministas que defendiam a valorização da razão e do conhecimento científico. Disciplinas como matemática, ciências naturais e filosofia passaram a ganhar espaço, ainda que de forma limitada, no ensino colonial. Essa ampliação curricular buscava formar indivíduos mais preparados para atender às demandas administrativas e técnicas do Estado, reduzindo a centralidade do ensino religioso e da doutrina cristã.

### ***Avaliação crítica***

Apesar de representar um avanço no sentido da laicização do ensino, as reformas foram:

- Mal estruturadas;
- Com escassez de professores qualificados;
- Sem alcançar a maioria da população.

### ***Impacto histórico:***

Marca a primeira tentativa de o Estado assumir a responsabilidade pela educação no Brasil.

Apesar de representarem um avanço significativo no sentido da **laicização do ensino** e da afirmação do papel do Estado na educação, as Reformas Pombalinas apresentaram inúmeros limites e contradições que impediram sua plena efetividade, especialmente no contexto colonial brasileiro.

Um dos principais problemas foi a **má estruturação do novo modelo educacional**. A expulsão dos jesuítas ocorreu de forma abrupta, sem que o Estado tivesse preparado previamente uma rede educacional capaz de substituir a estrutura existente. Como resultado, muitas regiões ficaram sem qualquer oferta de ensino, e diversas escolas foram simplesmente desativadas, agravando o quadro de precariedade educacional.

Outro obstáculo significativo foi a **escassez de professores qualificados**. O Estado português não dispunha de um número suficiente de docentes preparados para atuar nas Aulas Régias, nem de um sistema eficaz de formação de professores. Muitos dos profissionais nomeados possuíam formação insuficiente, o que comprometeu a qualidade do ensino oferecido e dificultou a consolidação de um novo projeto educacional.

Além disso, as reformas **não alcançaram a maioria da população**. O ensino continuou restrito às elites urbanas e a determinados grupos sociais, mantendo o caráter excludente da educação colonial. Não houve políticas efetivas de universalização do ensino, nem preocupação com o acesso da população pobre, indígena ou escravizada à educação formal. Assim, apesar do discurso modernizador, a educação permaneceu como privilégio e não como direito.

As Reformas Pombalinas representaram um avanço conceitual importante ao deslocar a educação da esfera exclusivamente religiosa para a esfera estatal. No entanto, na prática, elas não romperam com a lógica elitista e excludente da educação colonial, nem conseguiram estruturar um sistema educacional sólido e abrangente.

Retirar a Igreja do controle da educação não significou, automaticamente, democratizar o ensino. Mudou-se o gestor, mas não o público atendido.

### Educação no Período Imperial (1822–1889)

O período imperial brasileiro, iniciado com a Independência em 1822 e encerrado com a Proclamação da República em 1889, representa uma fase decisiva na construção das bases institucionais do Estado nacional e, consequentemente, na organização do sistema educacional. A educação passa, nesse contexto, a ser reconhecida como elemento estratégico para a consolidação da nação, ainda que de forma limitada, desigual e marcada por profundas contradições sociais.

Com o fim do vínculo colonial, o Brasil enfrentou o desafio de estruturar suas próprias instituições políticas, jurídicas e administrativas. A educação, nesse cenário, foi concebida como um instrumento fundamental para a formação de uma identidade nacional, para a organização do aparelho estatal e para a preparação de quadros administrativos capazes de sustentar o novo regime. No entanto, apesar do discurso de modernização e progresso, o ensino permaneceu fortemente elitizado, restrito a determinados grupos sociais e distante da realidade da maioria da população.

Durante o Império, observa-se uma tentativa gradual de institucionalização da educação por meio de leis, regulamentos e iniciativas governamentais, como a previsão constitucional do ensino primário gratuito e a criação de normas específicas para a organização das escolas. Ainda assim, essas medidas não se traduziram em uma efetiva democratização do acesso ao ensino. A ausência de obrigatoriedade escolar, a escassez de investimentos públicos e a manutenção de uma sociedade baseada na escravidão e na desigualdade limitaram profundamente o alcance das políticas educacionais.

Nesse período, a educação assume um duplo papel: por um lado, é apresentada como elemento civilizador e formador do cidadão; por outro, funciona como mecanismo de manutenção da ordem social, reforçando hierarquias e privilégios. O sistema educacional imperial contribuiu para a formação de uma elite intelectual e política, ao mesmo tempo em que manteve grande parte da população — especialmente pessoas escravizadas, mulheres, pobres e habitantes das áreas rurais — à margem do processo educativo formal.

Assim, a educação no Período Imperial deve ser compreendida como um processo de avanços legais e institucionais combinados com profundas limitações práticas. É nesse contexto que se consolidam muitos dos traços estruturais da educação brasileira, como a centralidade das elites, a fragmentação do sistema de ensino e a distância entre o discurso legal e a realidade social — marcas que ainda influenciam os desafios educacionais contemporâneos.

No Império, a educação passou a ser reconhecida como importante, mas não como urgente nem como direito universal. Esse detalhe muda toda a leitura do período.

### Constituição de 1824

A primeira Constituição brasileira estabeleceu:

“A instrução primária é gratuita para todos os cidadãos.”

Apesar disso, na prática:

- O acesso era extremamente limitado;
- Não havia obrigatoriedade escolar;
- A educação continuava elitista.

A **Constituição de 1824**, primeira Constituição do Brasil independente, representou um marco jurídico fundamental na organização do Estado brasileiro. Promulgada em um contexto de consolidação do poder imperial e de busca por estabilidade política, ela trouxe, pela primeira vez, uma referência explícita à educação no ordenamento constitucional do país. Ao estabelecer que “a instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”, o texto constitucional reconheceu formalmente a importância da educação básica para a formação da sociedade brasileira.

Essa previsão legal, no entanto, deve ser compreendida dentro dos limites políticos e sociais do período. A gratuidade do ensino primário expressava mais um ideal de civilização e progresso do que um compromisso efetivo com a democratização da educação. A Constituição não definiu mecanismos de financiamento, não estabeleceu metas de ampliação do acesso e tampouco atribuiu responsabilidades claras aos entes governamentais para garantir a oferta do ensino primário em todo o território nacional.

Na prática, o **acesso à instrução primária era extremamente limitado**. A oferta de escolas era escassa, concentrada principalmente em áreas urbanas e regiões economicamente mais desenvolvidas. Grande parte da população vivia em zonas rurais ou afastadas dos centros administrativos, sem qualquer acesso a instituições escolares. Além disso, a falta de professores qualificados e de infraestrutura adequada comprometia ainda mais a efetivação do direito à educação.

Outro aspecto central é que a Constituição de 1824 **não estabeleceu a obrigatoriedade escolar**. A educação primária, embora gratuita em termos legais, não era compulsória, o que permitia que o ensino permanecesse como uma opção restrita, frequentemente subordinada às necessidades econômicas das famílias. Crianças pobres eram frequentemente direcionadas ao trabalho precoce, enquanto a escolarização era vista como privilégio ou necessidade apenas para determinados grupos sociais.



Além disso, a noção de “cidadãos” presente no texto constitucional era profundamente excludente. Pessoas escravizadas, que representavam uma parcela significativa da população, não eram consideradas cidadãs e, portanto, estavam automaticamente excluídas do direito à instrução. As mulheres também enfrentavam severas limitações de acesso à educação formal, sendo geralmente destinadas a uma formação doméstica e moral, quando não totalmente privadas do ensino escolar.

Dessa forma, apesar do reconhecimento constitucional da gratuidade do ensino primário, a educação no Império **continuava essencialmente elitista**. O sistema educacional favorecia a formação de uma elite intelectual e política, enquanto a maioria da população permanecia analfabeta e afastada da escolarização. A distância entre o discurso legal e a realidade social evidenciava que a educação, embora mencionada na Constituição, não havia sido incorporada como um direito universal e efetivo.

A Constituição de 1824 inaugurou o reconhecimento jurídico da educação no Brasil, mas o fez de maneira limitada e simbólica. A gratuidade do ensino primário não se traduziu em acesso amplo, obrigatório ou equitativo, reforçando a lógica de exclusão que marcava a sociedade imperial.

Reconhecer a educação como importante não é o mesmo que torná-la acessível. No Império, a educação entrou na lei, mas não entrou na vida da maioria da população.

#### *Lei de 15 de outubro de 1827*

Primeira lei específica sobre educação básica no Brasil:

- Criação de escolas de primeiras letras;
- Ensino de leitura, escrita, aritmética e moral cristã;
- Introdução do método lancasteriano (ensino mútuo).

*Limitações:*

- Baixo investimento;
- Falta de fiscalização;
- Exclusão de mulheres, negros e pobres.

A **Lei de 15 de outubro de 1827** representa um marco fundamental na história da educação brasileira por se tratar da **primeira legislação específica voltada à educação básica** no país. Promulgada durante o Período Imperial, essa lei buscou regulamentar e estruturar o ensino de primeiras letras, estabelecendo diretrizes para a criação e funcionamento das escolas primárias nas cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

A principal inovação da lei foi a **criação formal das escolas de primeiras letras**, destinadas ao ensino elementar da população livre. Essas escolas deveriam oferecer uma formação básica, considerada essencial para a vida em sociedade e para a construção de uma ordem social minimamente organizada. Ao institucionalizar o ensino primário, a legislação reconheceu a importância da alfabetização como parte do projeto de consolidação do Estado nacional.

O currículo previsto pela lei refletia os valores e interesses da sociedade imperial. O ensino era centrado na **leitura, na escrita e na aritmética**, habilidades consideradas fundamentais para a administração da vida cotidiana e para a formação de indivíduos minimamente instruídos. Além disso, a **moral cristã** ocupava lugar central no processo educativo, reforçando princípios éticos, religiosos e comportamentais alinhados à tradição católica e à manutenção da ordem social vigente. Essa ênfase revela que a educação, embora institucionalizada, permanecia fortemente vinculada à formação moral e à disciplina social.

Outro aspecto relevante da Lei de 1827 foi a **introdução do método lancasteriano**, também conhecido como método do ensino mútuo. Esse modelo pedagógico baseava-se na ideia de que

alunos mais avançados poderiam auxiliar na instrução dos colegas, sob a supervisão de um único professor. O método foi adotado principalmente por razões econômicas, pois permitia atender a um grande número de alunos com poucos recursos e reduzido número de docentes. Embora apresentasse vantagens do ponto de vista da ampliação do atendimento, o método lancasteriano limitava a qualidade do ensino, uma vez que priorizava a repetição mecânica dos conteúdos em detrimento da compreensão crítica.

Apesar de sua importância histórica, a Lei de 15 de outubro de 1827 apresentou **limitações significativas** que comprometeram sua efetividade. Um dos principais entraves foi o **baixo investimento público** destinado à educação. Os recursos financeiros eram insuficientes para a construção de escolas, a aquisição de materiais didáticos e a remuneração adequada dos professores, o que resultava em condições precárias de funcionamento das instituições escolares.

A **falta de fiscalização e de acompanhamento sistemático** por parte do Estado também contribuiu para a fragilidade da aplicação da lei. Muitas escolas existiam apenas no papel, e a ausência de mecanismos de controle dificultava a garantia de padrões mínimos de qualidade e regularidade no ensino oferecido. Essa distância entre a legislação e a prática reforçava o caráter limitado das políticas educacionais do período.

Além disso, a lei não rompeu com a lógica excludente da sociedade imperial. Embora previsse a criação de escolas de primeiras letras, o acesso ao ensino continuava restrito. **Mulheres, negros e pobres** enfrentavam barreiras explícitas e implícitas à escolarização. As mulheres, quando tinham acesso à educação, recebiam uma formação diferenciada, voltada para atividades domésticas e valores morais. A população negra, especialmente a escravizada, permanecia praticamente excluída do sistema educacional, enquanto os pobres encontravam dificuldades relacionadas à necessidade de trabalho precoce e à ausência de escolas em suas regiões.

A Lei de 15 de outubro de 1827 representou um avanço importante ao instituir legalmente o ensino primário no Brasil. Contudo, suas limitações estruturais, financeiras e sociais impediram que ela promovesse uma efetiva democratização da educação, mantendo o ensino como privilégio de poucos.

O Brasil criou a lei para a escola antes de criar condições reais para que a escola chegasse a todos. Esse padrão se repetiria ao longo de sua história educacional.

#### *Ensino secundário e superior*

- Voltado à formação das elites políticas e administrativas;
- Criação das primeiras faculdades (Direito, Medicina);
- Ausência de universidades integradas.

Durante o Período Imperial, o **ensino secundário e superior** assumiu um papel estratégico na formação das elites políticas, administrativas e intelectuais do país. Diferentemente do ensino primário, que enfrentava problemas de acesso e estrutura, os níveis mais elevados de ensino foram organizados de modo a atender às necessidades do Estado imperial e a garantir a reprodução das classes dominantes no exercício do poder.

O ensino secundário tinha como principal função preparar os jovens das camadas privilegiadas para o ingresso no ensino superior ou para o exercício de cargos públicos. Seu currículo era fortemente influenciado pelo modelo clássico europeu, com ênfase em disciplinas como latim, retórica, filosofia, história e matemática. Essa formação valorizava o desenvolvimento intelectual e moral segundo padrões elitizados, reforçando a distinção social entre aqueles que tinham acesso à escolarização avançada e a grande maioria da população, excluída desse processo.

Nesse contexto, destaca-se a criação do **Colégio Pedro II**, em 1837, como a principal instituição de ensino secundário do Império. O colégio tornou-se referência nacional, servindo de modelo para outras escolas e consolidando um currículo voltado à formação intelectual da elite. O acesso ao Colégio Pedro II era restrito, o que reforçava seu caráter seletivo e sua função de preparar futuros líderes políticos e administrativos.

No âmbito do ensino superior, o Império promoveu a **criação das primeiras faculdades**, com destaque para os cursos de **Direito e Medicina**. As Faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda (posteriormente transferida para Recife), fundadas em 1827, tinham como objetivo formar juristas, magistrados, políticos e administradores públicos capazes de sustentar juridicamente o novo Estado nacional. Já as escolas de Medicina, criadas na Bahia e no Rio de Janeiro, destinavam-se à formação de profissionais necessários à administração da saúde pública e ao prestígio científico do país.

Essas instituições de ensino superior funcionavam de forma **isolada**, sem integração entre si e sem a constituição de universidades propriamente ditas. A ausência de universidades integradas refletia tanto a influência do modelo português quanto o receio de concentrar saber e pensamento crítico em uma única instituição. O ensino superior, assim, permanecia fragmentado, limitado a cursos específicos e fortemente controlado pelo Estado.

Outro aspecto relevante é que o acesso ao ensino superior era extremamente restrito. Apenas uma pequena parcela da população, geralmente oriunda das elites econômicas e sociais, conseguia concluir o ensino secundário e ingressar nas faculdades. Pessoas pobres, mulheres, negros e ex-escravizados estavam praticamente excluídos desse nível de ensino, o que reforçava a educação como instrumento de reprodução das desigualdades sociais.

Além disso, o ensino superior imperial tinha um caráter marcadamente **teórico e formal**, pouco voltado à pesquisa científica ou à inovação. A formação visava, sobretudo, a preparação para o exercício de funções públicas e profissões liberais de prestígio, contribuindo para a manutenção da estrutura política e social do Império.

O ensino secundário e superior no Período Imperial foi estruturado para servir aos interesses do Estado e das elites, consolidando a educação como um mecanismo de distinção social. Ao mesmo tempo em que formava quadros administrativos e intelectuais, mantinha a exclusão da maioria da população do acesso ao conhecimento formal.

O Império investiu na formação de líderes antes de investir na alfabetização do povo. Essa escolha ajuda a explicar muitas das desigualdades educacionais que ainda persistem no Brasil.

### Educação na Primeira República (1889–1930)

O período da Primeira República marca uma profunda transformação política no Brasil, com a ruptura do regime monárquico e a instauração da República. No entanto, essas mudanças institucionais **não se refletiram de forma imediata em avanços significativos na educação**, que permaneceu marcada por desigualdades sociais, regionais e econômicas.

A educação passou a ser fortemente influenciada pelo **liberalismo, pelo positivismo e pela ideia de modernização do país**, sendo vista como instrumento de formação do cidadão republicano e de consolidação da ordem social. Ainda assim, o Estado brasileiro manteve uma atuação limitada no campo educacional, transferindo grande parte da responsabilidade pela oferta do ensino aos estados e municípios, o que aprofundou as diferenças entre as regiões.

Durante esse período, observa-se:

- A **laicização do ensino**, com a separação entre Igreja e Estado;
- A valorização do ensino primário como base da cidadania;
- O surgimento de **reformas educacionais pontuais**, especialmente nos centros urbanos;
- A permanência de uma educação **excludente**, voltada prioritariamente às elites.

Assim, a educação na Primeira República caracteriza-se por um discurso de modernização e progresso que contrastava com a realidade de **baixo acesso à escolarização, altos índices de analfabetismo e ausência de uma política educacional nacional articulada**, cenário que só começaria a mudar de forma mais consistente nas décadas seguintes.

#### Contexto político

Com a Proclamação da República, em 1889, o Brasil rompe oficialmente com o regime monárquico e passa a adotar um novo modelo político inspirado nos ideais republicanos, liberais e positivistas. Nesse contexto, surge a necessidade de **formar cidadãos capazes de sustentar e legitimar o novo regime**, o que conferiu à educação um papel estratégico no projeto de construção da República.

A escola passou a ser concebida como instrumento de:

- **Formação do cidadão republicano**, alfabetizado e integrado aos valores cívicos e nacionais;
- **Difusão dos ideais de ordem, progresso e laicidade**, rompendo com a influência direta da Igreja na educação;
- **Consolidação do Estado republicano**, por meio da construção de uma identidade nacional.

Apesar do discurso de valorização da educação, o período foi marcado por uma **República oligárquica**, dominada pelas elites agrárias, especialmente as oligarquias cafeeiras. Essas elites defendiam uma educação suficiente para manter a ordem social, mas **não universal**, pois o acesso amplo à escolarização poderia ameaçar as estruturas de poder existentes.

Além disso, a Constituição de 1891 estabeleceu o **federalismo**, atribuindo aos estados e municípios a responsabilidade pela educação básica. Essa descentralização resultou em:

- Falta de um sistema nacional de educação;
- Grandes desigualdades regionais;
- Avanços concentrados em áreas urbanas e economicamente mais desenvolvidas.

Assim, embora a educação fosse apresentada como base da cidadania republicana, na prática ela permaneceu **restrita, desigual e seletiva**, evidenciando o contraste entre o projeto político republicano e a realidade educacional do país.

#### Características do período

- Educação descentralizada (responsabilidade dos estados);
- Ensino laico;
- Ampliação do ensino primário (ainda restrito);
- Forte influência do positivismo.

A educação na Primeira República (1889–1930) foi marcada por transformações institucionais importantes, ainda que limitadas em termos de alcance social. Uma de suas principais características foi a **descentralização administrativa do ensino**, decorrente do modelo federativo adotado pela Constituição de 1891. A partir desse momento, os estados passaram a ser os principais responsáveis pela organização e manutenção do ensino primário

e secundário, enquanto a União manteve atuação restrita, especialmente no ensino superior. Essa descentralização resultou em **grandes desigualdades regionais**, com avanços mais significativos nos estados economicamente mais fortes e profundas carências nas regiões mais pobres.

Outra característica fundamental foi a **laicização do ensino**, consolidando a separação entre Igreja e Estado. O ensino religioso deixou de ser obrigatório nas escolas públicas, reforçando o caráter secular da educação republicana. No entanto, essa laicização não significou, necessariamente, a democratização do acesso à escola, pois a exclusão social permaneceu como traço estrutural do sistema educacional.

Observa-se, nesse período, uma **ampliação do ensino primário**, impulsionada pelo discurso de formação do cidadão e pela necessidade de alfabetizar minimamente a população urbana em crescimento. Apesar disso, essa expansão ocorreu de forma lenta, desarticulada e restrita, atingindo sobretudo os centros urbanos e deixando grande parte da população rural à margem do processo educativo.

A educação republicana também sofreu **forte influência do positivismo**, corrente filosófica que defendia a valorização da ciência, da ordem, da disciplina e do progresso como fundamentos da organização social. Essa influência se refletiu na concepção de escola como espaço de formação moral e cívica, na valorização do ensino científico e na ênfase na disciplina escolar. O lema “Ordem e Progresso”, presente na bandeira nacional, simboliza a centralidade dessa visão no projeto educacional republicano.

Assim, o período caracteriza-se por avanços institucionais importantes, mas também por **limitações estruturais**, revelando uma educação voltada mais para a manutenção da ordem social e do projeto das elites do que para a efetiva universalização do ensino.

#### *Movimento da Escola Nova (décadas de 1920–30)*

Inspirado em pensadores como **John Dewey**, defendia:

- Educação centrada no aluno;
- Aprendizagem ativa;
- Formação integral do indivíduo;
- Escola como espaço de democracia.

O **Movimento da Escola Nova** surge no Brasil nas décadas de 1920 e 1930 como uma reação crítica ao modelo tradicional de ensino, caracterizado pela memorização mecânica, pela centralidade do professor e pela disciplina rígida herdada do século XIX. Influenciado por correntes pedagógicas internacionais e pelo contexto de modernização social e urbana do país, o movimento propôs uma profunda renovação das práticas educativas, alinhando a escola às transformações culturais, científicas e políticas da sociedade contemporânea.

Entre os principais referenciais teóricos da Escola Nova destaca-se o filósofo e educador norte-americano **John Dewey**, para quem a educação deveria estar intimamente relacionada à experiência, à vida em sociedade e à construção da democracia. Segundo essa perspectiva, aprender não significa apenas acumular conteúdos, mas **vivenciar situações significativas**, refletir sobre elas e construir conhecimentos a partir da ação.

Nesse sentido, a Escola Nova defendia uma **educação centrada no aluno**, rompendo com a visão do estudante como sujeito passivo do processo educativo. O aluno passa a ser compreendido como protagonista da aprendizagem, com interesses, necessidades e ritmos próprios, cabendo ao professor o papel de mediador e orientador do processo pedagógico.

Outro princípio fundamental do movimento foi a valorização da **aprendizagem ativa**, na qual o conhecimento é construído por meio de atividades práticas, projetos, pesquisas, resolução de problemas e experiências concretas. Essa abordagem buscava desenvolver não apenas habilidades cognitivas, mas também capacidades sociais, emocionais e morais.

A Escola Nova também defendia a **formação integral do indivíduo**, considerando o ser humano em suas múltiplas dimensões — intelectual, física, emocional, social e ética. A educação deveria preparar o indivíduo para a vida em sociedade, estimulando o pensamento crítico, a autonomia, a criatividade e a participação consciente no mundo social.

Nesse contexto, a **escola é concebida como um espaço de democracia**, onde se aprendem valores como cooperação, respeito, diálogo e responsabilidade coletiva. A vivência democrática no ambiente escolar era entendida como condição essencial para a formação de cidadãos capazes de atuar de forma crítica e participativa na sociedade republicana.

No Brasil, essas ideias foram difundidas por educadores como **Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho**, que buscaram adaptar os princípios da Escola Nova à realidade nacional, especialmente por meio de reformas educacionais, produção de textos pedagógicos e experiências inovadoras em sistemas públicos de ensino.

#### *Limite central do movimento*

Apesar de seu caráter inovador e de sua importância teórica, o Movimento da Escola Nova teve **alcance social limitado**. Suas propostas ficaram restritas, em grande parte, a experiências pontuais, escolas-modelo e iniciativas localizadas em centros urbanos mais desenvolvidos. A ausência de políticas públicas estruturadas, a falta de recursos, a desigualdade social e a resistência de setores conservadores impediram que essas ideias se consolidassem como um projeto educacional de massa.

Dessa forma, a Escola Nova representou um **marco fundamental na renovação do pensamento pedagógico brasileiro**, mas não conseguiu, naquele momento histórico, romper de forma efetiva com o caráter elitista e excludente da educação nacional.

#### **Educação no Período Vargas (1930–1945)**

O período Vargas (1930–1945) representa um marco decisivo na história da educação brasileira, caracterizado pela ampliação da atuação do Estado e pela tentativa de organizar a educação como política pública nacional. A Revolução de 1930 rompe com a lógica descentralizada da Primeira República e inaugura um novo modelo de governo, no qual a educação passa a ser compreendida como instrumento estratégico para a modernização do país, a formação da mão de obra e a construção de uma identidade nacional.

Nesse contexto, o Estado assume um papel central na definição das diretrizes educacionais, buscando articular o sistema de ensino às demandas do processo de industrialização, urbanização e fortalecimento do poder central. A educação deixa de ser tratada apenas como responsabilidade local e passa a integrar um projeto político mais amplo, voltado à organização social, à disciplina do trabalho e à formação do cidadão alinhado ao ideário nacionalista do período.

Ao longo do governo Vargas, especialmente durante o Estado Novo (1937–1945), a educação foi fortemente influenciada por valores como ordem, civismo, patriotismo e controle ideológico, ao mesmo tempo em que ocorreram avanços institucionais importantes, como a criação de órgãos específicos para a educação, reformas do ensino e a valorização da formação técnica e profissional.